

**ACTA 7**  
**MANDATO 2005/2006**

Aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, nos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 Intervenção do Público; -----
- 2 Período antes da ordem do dia; -----

**ORDEM DO DIA** -----

- 1 Eleição de um Presidente de Junta para integrar o Conselho Municipal de Segurança de acordo com a alínea d) do art. 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Valongo; -----
- 2 Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança; -----
- 3 Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2006.04.20; -----
4. Assembleia Municipal de Jovens – Discussão e Aprovação do Projecto; ----
- 5 Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Valongo – Apresentação de Relatório dos Representantes da Assembleia Municipal; ----
- 6 Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários – Apresentação do relatório das visitas aos Empreendimentos Sociais de Alfena; -----
7. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---
  - 7.1 Conselho Municipal de Educação – Proposta de nomeação; -----
  - 7.2 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2006, da Câmara; -----
  - 7.3 1ª Revisão ao Orçamento de 2006, dos SMAES; -----
  - 7.4 Lançamento da derrama sobre a colecta do IRC a cobrar no ano 2007; ---
  - 7.5 Fixação das taças do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referente ao ano de 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----
- 8 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes também o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós, os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, António Augusto de Magalhães Gomes, Ilídio José Teixeira Lobão e Jorge Manuel Gonçalves Videira. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Joaquim Martins da Silva, Carlos Alberto das Neves Poças, Henrique Jorge Campos Cunha que comunicaram a impossibilidade de estarem presentes nesta reunião, tendo sido substituídos,

pelos Membros Maria Esmeralda Correia de Carvalho, Célia Cristina Lopes Ferreira e Alexandre Manuel da Silva Teixeira. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início à sessão. -----

O Senhor **Segundo Secretário Olívio Alexandre Amador Cruz**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, pediu ao Deputado José Fernando Santos Castro para substituir o Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha em virtude de este ter solicitado a sua substituição. -----

De seguida deu a palavra aos Municípes que pretendessem usar da palavra.

O **Munícipe Joaquim Ferreira dos Santos**, disse que se deveria fazer um melhor enquadramento da feira, a mesma foi deslocada e não está nas melhores condições, bem como as taxas são bastante elevadas. -----

Disse ainda que foi entregue um pedido na Câmara no passado dia 23 ao qual ainda não obtiveram resposta. -----

O **Munícipe Joaquim António Alves Nogueira da Silva**, disse sentir-se lesado com a deslocação da feira de Valongo, que os lugares cada vez estão mais caros e cerca de 30% dos colegas já desistiram, não existem as melhores condições de estacionamento e que o local é bastante ventoso. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, informou que o Senhor Presidente da Câmara está a tratar do assunto com todas as cautelas que o mesmo merece e que oportunamente será dada informação. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu a palavra aos Deputados que pretendessem usar da palavra. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**, fez a leitura de uma Proposta de Louvor que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

De seguida disse ter colocado uma questão em 28 de Dezembro de 2005, respeitante ao campo de treinos de futebol localizado na Virela e nessa altura o Senhor Vereador do Pelouro disse que no mês de Janeiro estaria pronto e funcional, a época futebolística acabou e o campo de treinos continua a não funcionar. Gostaria de saber qual o ponto da situação desse campo de treinos. -----

Relativamente aos parques e jardins da cidade, reparou no desleixo e abandono em que se encontram, o Parque da cidade, Parque Radical, Parque do Minigolfe, a relva, as plantas, as árvores no parque morrem de pé, o lago não funciona, as luzes fundem e não são substituídas, o vandalismo instala-se e as estruturas começam a ser destruídas. -----

Em relação ao Parque da Cidade segundo o que lhe foi dado conhecimento a obra ainda não foi entregue à Câmara, não percebe como há mais de um ano tenha sido inaugurado com pompa e circunstância. -----

Na rotunda do clube, fora de rodagem da Rua D. Pedro IV, só lhe deixa uma interpretação, se essa rotunda não existisse que faria a superfície comercial? No sentido de Susão Cabeda fez-se um passeio com uma barriga de grávida

para tornar visível o supermercado, não entende porque é que no local não foi colocada sinalização luminosa. -----

Outro assunto levantado na Assembleia de 28 de Dezembro passado, as pavimentações e marcações das faixas de rodagem nas ruas do Padrão, Alves Saldanha, Fonseca Dias e agora das Ruas da Passagem e de Conde Ferreira, da responsabilidade das Águas de Valongo, pois foi essa empresa que deteriorou com as instalações de condutas, continuam por fazer. -----

O Senhor **Deputado José Luís Sousa Gomes**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que relativamente à feira a posição nas reuniões que houve entre a Associação de Feirantes e os Líderes do Grupos Municipais, tiveram todo o cuidado em tratar o assunto. O ofício mandado aos Líderes dos Grupos Municipais pelo Senhor Presidente da Câmara está em desacordo com o que foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, solicitando que esse ofício fosse distribuído para verem que há alguma falta de rigor no que foi dito. -----

De seguida fez a leitura de um pedido de esclarecimento que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

Relativamente a uma visita que fizeram aos Centros de Saúde do Concelho de Valongo, houve um que lhes chamou à atenção devido às suas instalações, funciona há treze anos em instalações provisórias, o Centro de Saúde da Campo. Foi dito pelos responsáveis pela ARS que o problema se resolvia se houvesse um terreno, perguntando se a Câmara está na disposição de arranjar esse terreno para que a freguesia de Campo tenha um Centro de Saúde como tem outras freguesias do concelho. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.4. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**, disse que relativamente ao campo de treinos do Valonguense numa das Assembleias do final do ano afirmou que em Janeiro o campo de treinos estaria pronto. Por várias dificuldades entretanto surgidas, quer pela própria meteorologia, quer por algumas avarias de equipamento atrasaram o que estavam a pensar fazer no campo de treinos. -----

Como se atrasou de tal forma que a época desportiva estava já mais de metade falou com o Presidente do União Desportiva Valonguense, que é o maior interessado em que o campo estivesse concluído, optou uma solução que acha que é a mais inteligente. -----

A solução inicial era uma situação provisória que era só fazer a pavimentação sem fazer drenagem, só para permitir que apenas pudessem treinar lá durante a semana em condições precárias. Entretanto, como a obra se atrasou, e que todo o trabalho que se fizesse lá fosse trabalho para deitar fora, estão a trabalhar no projecto relativamente ao campo de treinos de forma a que sirva para o futuro complexo desportivo que está projectado, está a ser feito o projecto de drenagem do campo para depois fazer a

pavimentação do piso permitindo que de uma forma provisória se utilize o campo. -----

Contam começar as obras até ao final do ano para que o complexo desportivo a partir do próximo ano comece a ser uma realidade e não se estejam a estragar dinheiros públicos. -----

Relativamente aos parques, em particular ao Parque de Valongo, de facto a obra ainda não foi entregue à Câmara, nas empreitadas as obras são recebidas provisoriamente e nessa altura a Câmara inaugurou, porque a obra estava concluída, depois há uma garantia dos trabalhos, em todas as empreitadas, quando se dizem que a obra não foi entregue, não foi entregue definitivamente à Câmara. Há uma série de anomalias no parque que têm que ser corrigidas mas é responsabilidade da empresa que fez a obra, estão a aguardar que a empresa assuma as suas responsabilidades para quando for a recepção definitiva da empreitada a Câmara receba o Parque em definitivo e em condições. -----

Relativamente à rotunda da D. Pedro IV ali era uma recta bastante perigosa e alguns troços da rua D. Pedro IV bastante perigosos, a forma encontrada com o projecto do promotor que instalou o hipermercado, a solução encontrada foi que permitisse viabilizar a entrada do hipermercado e ao mesmo tempo reduzir a perigosidade daquela via. É uma rotunda, não está no centro, mas há muitas rotundas que não estão no centro. -----

Relativamente à pavimentação na rua do Padrão continua por fazer porque é uma estrada nacional, a obra é das Águas de Valongo, mas as Estradas de Portugal exige que quando se faz uma abertura de vala que decorra um período para que a vala ganhe a compactação exigida pelas normas das Estradas de Portugal, foi feito um ensaio de compactação da vala na Rua Conde Ferreira e não atingia os valores mínimos que as Estradas de Portugal exigem para se poder fazer a pavimentação definitiva, e as Estradas de Portugal não autorizam que se faça a pavimentação. -----

Relativamente à variante da A4 a Câmara defende uma solução que não tem a ver com a que a Brisa anunciou inicialmente, defende uma solução a norte e já transmitiu isso ao Ministério estando a aguardar a resposta das Estradas de Portugal sobre o assunto, a Câmara defende uma solução a norte e não passando pela Santa Justa. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que relativamente ao mercado de Ermesinde têm várias hipóteses de solução, estão neste momento a debater com a Junta de Freguesia de Ermesinde, e a própria Junta no âmbito da Assembleia de Freguesia, também está a debater esta questão. Várias soluções se colocam mas definiram ou como base determinar até que ponto é que o edifício do mercado é do ponto de vista patrimonial significativo, tendo sido solicitado um parecer, do ponto de vista da construção até que ponto é robusta, estão a aguardar resposta do Instituto da Construções, em função disso depois determinam uma solução. -----

Relativamente à Aldeia de Couce não podem recuperar casas particulares. O que fizeram no mandato anterior foi uma proposta de financiamento em que

os privados eram obrigados a entrar com uma parte mas que não foi possível obter o consenso dos privados para esse investimento. O que estão a fazer é a finalizar uma candidatura para recuperação de alguns espaços públicos na aldeia de Couce, construção de uma ETA e de uma ETAR biológica, integrar num percurso pedonal, a que chamam corredor verde, que vai desde o parque radical de Valongo até à aldeia de Couce. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

De seguida disse que relativamente ao Parque Urbano de Ermesinde é uma vergonha para os utentes daquele, há neste momento uma questão de segurança pública, está um perigo eminente para as crianças que vão para ali brincar, há vidros partidos, montras partidas, não se compreende como no centro de Ermesinde se continua a deixar uma situação daquelas. -----

Pensa que existe uma atitude de desprezo para com um empreendimento que tanto tem custado em termos financeiros ao concelho. -----

Relativamente à feira de Valongo ficou admirado com a resposta do Senhor Vice-Presidente aos feirantes, pois não tem nada a ver com o ofício que receberam, esse ofício dá o assunto por encerrado e todas as iniciativas que foram feitas foram no âmbito da Mesa da Assembleia com os Líderes Municipais. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que Alfena fez dezassete anos que foi elevada à categoria de Vila. Alfena cresceu muito ao longo desses dezassete anos, tem zonas industriais, tem habitação, tem comércio, muita gente a viver em Alfena, mas Alfena não se desenvolveu, só cresceu. -- O investimento público as infra-estruturas que trazem qualidade de vida não apareceram, o que havia há dez ou quinze anos, tirando uns arranjos de ruas, uma rotunda, uma ponte que demorou vinte anos a chegar, Alfena continua em termos de investimento público como estava há uma década atrás. -----

Houve muito dinheiro para os municípios, houve muito dinheiro para toda a gente, e as obras apareceram, é com orgulho que vê um Parque Urbano em Ermesinde, é com orgulho que vê as obras do Polis transformarem Ermesinde, é com orgulho que vê a recuperação das margens do rio, o Largo do Centenário, o Largo dos Patos, e dá os parabéns à Câmara Municipal por tudo o que fez, mas Alfena não beneficiou do investimento público que também devia ter chegado a Alfena. -----

Alfena tem população, área, com muitas necessidades, por exemplo, tem o rio Leça, o Lombelho que é preciso, o Centro de Saúde que é preciso, pois o actual não tem condições, existem muitas necessidades de investimento público para que Alfena. -----

De seguida fez a leitura de um Voto de Louvor que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha**, disse que se realizou uma Assembleia de Freguesia em Campo onde foi levantado um assunto que o deixou preocupado, que diz respeito aos prédios da Câmara, onde dizem que

há apartamentos em estado lastimoso, relativamente a humidades e a cheiros terríveis, levantou a questão porque existe na Assembleia Municipal uma Comissão que está a tratar destes assuntos, e então era para fazer uma recomendação a essa Comissão que desse prioridade a estes prédios. -----

Sobre o Centro de Saúde de Campo disse que todos os anos o documento que vai para a Câmara Municipal, enviado pela Junta de Freguesia, para ser elaborado ou incorporado no Plano de Actividades da Câmara Municipal, e se faça esforços para se arranjar um terreno para construir um Centro de Saúde de raiz, a Junta de Freguesia está disponível para colaborar com a Câmara Municipal. -----

Têm um Centro de Saúde que actualmente funciona num pré-fabricado, há treze anos era dos melhores Centros de Saúde de Valongo, hoje é um dos piores, está digno, levou uma remodelação há pouco tempo. -----

Relativamente à Zona Industrial de Campo, está uma zona avulso, ultimamente foi instalado lá o Parque Multiusos que provoca um movimento de centenas de camiões de grande porte que no fim do mês vai piorar porque vai entrar em funcionamento a ferrovia, quando entrar em funcionamento não sabe como se vai resolver o problema. -----

Há uma via distribuidora que está a ser pensada há bastante tempo, a Junta de Freguesia tem um terreno para essa via distribuidora para o qual foi acordado o preço entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, esta semana recebeu um edital a dizer que a parcela 152 era de desconhecidos, pensa que o processo está a ser mal dirigido, solicitou o Senhor Presidente da Câmara que chamasse o processo a ele para tentarem resolver o assunto e não deixar que os técnicos o resolvam, é um assunto de extrema importância a Junta de Freguesia que devia ter sido informada porque antes entregou à Câmara Municipal os documentos, a escritura do terreno, fez um levantamento exaustivo, portanto a parcela 152 tem dono que é a Junta de Freguesia de Campo. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que sobre os terrenos da LEAR não há qualquer processo na Câmara e nem tem qualquer informação, portanto supõe que deverá ser um boato. -----

Por outro lado o problema da LEAR não é um problema que tenha a ver com a Câmara, o problema da LEAR está a ser lido, ou deveria estar a ser lido, pelo Ministério da Economia e do Trabalho, que pelos vistos não muito bem, inclusivamente o Grupo de PSD na Assembleia da República interpôs o Governo há bastante tempo e até hoje não obteve qualquer resposta. -----

Sobre a questão da feira, a questão da feira foi colocada à Assembleia Municipal pelo Presidente da Associação dos Feirantes, e a Assembleia Municipal lidou com a questão, numa reunião que estiveram todos, em que esteve o Senhor Presidente da Junta, ele e os Líderes da Assembleia Municipal, foi inconclusiva não houve ali nenhuma proposta nem foi claro para nenhum de deles que houvesse uma solução melhor para a feira do que aquela que existia. O que foi dito foi que estariam dispostos a estudar uma

eventual solução, o Senhor Presidente da Câmara está na mesma posição, se houver uma proposta para ser analisada analisará. -----

Relativamente às taxas não tem a ver com a Câmara mas sim com a Junta de Freguesia de Valongo. -----

Relativamente à questão da Zona Industrial de Campo desconhece o Edital que a Junta de Freguesia de Campo recebeu, mas na sua opinião e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo deveria ter falado com ele antes de colocar a questão na Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, solicitou para que futuramente haja mais cuidado na inscrição dos Deputados, porque se viu ultrapassado com prejuízos políticos, é muito desagradável quando um Deputado é o primeiro a levantar a mão e fala quase no fim das intervenções. De seguida fez a leitura de um Voto de Congratulação que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

Disse ter ficado baralhado com o que foi abordado acerca da feira, e agradecia à Senhora Presidente que através da Junta de Freguesia, a não ser que o Senhor Presidente queira dar essa informação se dispuser de dados: -----

Primeiro quem estabelece as taxas dos feirantes, já foi dito, para ele não é novidade, é a Junta de Freguesia. -----

Segundo quantos feirantes existiam no antigo local da feira, Largo do Centenário, e quantos existem no actual espaço reservado à feira. -----

Congratula-se com os Deputados que se disponibilizam a alertar a Câmara Municipal para algumas carências que existem na sociedade, mas há uma coisa que devem ponderar, que essas afirmações sejam feitas com verdade e não com meias verdades, por outro lado também ficaria satisfeito que essa preocupação do dia a dia dos Senhores Deputados, que percorrem as ruas do concelho, verificassem também e viessem apontar as lacunas que notam a nível do Governo Central, essas sim com graves prejuízos para toda a população do concelho. -----

O Senhor **Segundo Secretário Olívio Alexandre Amador Cruz**, informou que a Mesa pode inscrever os Deputados inscritos para falar, se consultarem o artigo 31 do Regimento, diz que não pode haver dois Deputados do mesmo partido a falar de seguida. No período antes da ordem do dia quando há mais inscrições é impossível saber se numa fracção de segundos um Deputado da primeira fila ou um Deputado da última fila se inscreveu primeiro, a Mesa tem o poder arbitrário para poder inscrever um Deputado a falar primeiro ou outro, sendo que não podem falar dois Deputados seguidamente do mesmo partido, ou do mesmo grupo parlamentar. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, propôs à Assembleia que o período de antes da Ordem do Dia fosse adiado para o final da presente reunião tendo sido aceite por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação, por escrutínio secreto o ponto 1 – Eleição de um Presidente de Junta para integrar o Conselho Municipal de Segurança de

acordo com a alínea d) do art.º 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Valongo. -----

No final da votação foi eleito, por unanimidade, o Senhor Presidente de junta da Freguesia de Sobrado António Fernandes Monteiro. -----

Procedeu-se de seguida à Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança, cuja acta consta da presente acta. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3 – Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2006.04.20, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por maioria com trinta e um votos a favor e uma abstenção em virtude de não se encontrar presente na referida reunião.

Colocou de seguida à discussão o ponto 4 – Assembleia Municipal de Jovens – Discussão e aprovação do projecto. -----

O Senhor **Deputado António Fernandes Monteiro**, fez a leitura de uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a admissão da Proposta apresentada pelo BE, sendo admitida por unanimidade, e colocada de seguida à discussão. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves**, disse que era de louvar a Proposta da Mesa da Assembleia Municipal para a criação da Assembleia Municipal de Jovens. -----

Fez uma análise ao projecto teria algumas propostas para fazer, mas que tinham melhor cabimento quando da elaboração do Regulamento, entende o projecto como uma proposta genérica e de uma ideia que pode ser muito produtiva e benéfica, por isso pode deixar de estranhar a proposta da bancada do Bloco de Esquerda. -----

Se querem que os jovens intervenham na política, não podem confundir política com partidarismo, querem que os participantes e os jovens, estão a falar de jovens do 9º até ao 12º ano, entre os 14 e os 16 anos, que tomem uma posição política sobre um tema que não sabem qual será, e aqui estão a fugir à política e ajuntarem-se mais ao partidarismo. -----

Concordo que os jovens que vão participar na Assembleia Municipal de Jovens venham antes assistir a uma Assembleia Municipal normal para saberem qual é o funcionamento, mas isso não é a Câmara Municipal mas a própria Mesa da Assembleia Municipal que deve promover essa presença dos participantes. -----

Seria muito mais produtivo deixar que os jovens pudessem fazer questões sobre o funcionamento dos Órgãos Municipais, não podem querer que os jovens se debrucem sobre uma questão que seja da competência do Município, quando a maioria dos jovens não sabe sequer qual é a competência dos Municípios, nem como é que os órgãos municipais são eleitos. -----

Devem primeiro o ensino, de como é que funcionam a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, qual é a sua orgânica, as próprias Assembleias de Freguesia, explicar que a eleição da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal é totalmente distinta da Assembleia de Freguesia, assim estão a



formar e a proporcionar aos jovens uma participação cívica a longo prazo, assim sendo não pode deixar de discordar totalmente com a Proposta do Bloco de Esquerda e concordar com a apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse compreender o bem intencionado da proposta do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, mas parece-lhe que o objectivo da Assembleia Municipal de Jovens é dar oportunidade à criatividade da juventude. -----

Dar um guião para os jovens se orientarem, eu julgo desnecessário, porque eles têm toda a liberdade de consultar o que quiserem, além disso está previsto um programa que começa em Outubro logo que regressam das férias, e isso vai ser discutido mais do que uma vez, eles farão as perguntas que entenderem, terão acesso ao Regulamento da Assembleia Municipal, terão todos os meios para se informarem como é que funciona, embora compreenda que a intenção é boa, julga que não é oportuno. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, é o que estão a discutir, não estão a discutir o projecto em si que em reunião de líderes chegaram a acordo e aí era o local próprio para se acertar algumas questões. -----

O que foi apresentado nas suas ideias gerais não está lá nada de mau, nada que agrave a situação excepto um pequeno caso, alguns cuidados que a Mesa da Assembleia Municipal irá ter, de preparar as escolas, fazer reuniões com as escolas, trazer os jovens para assistir a uma ou outra Assembleia Municipal, e o próprio regulamento quando for feito poderá consignar isso. ----

Há um problema na alteração, os temas a enviar para as escolas, um dos temas tem que ser uma proposta apresentada na Assembleia Municipal e que diga respeito aos jovens, isso vai criar um problema, pois estão a meio do ano e ainda não falaram nenhuma vez de jovens, se durante todo o ano não tiverem um assunto sobre os jovens vai-lhes criar a obrigatoriedade de pelo menos no ano termos que levantar um problema de jovens. -----

Não está de acordo que os partidos enviem aos jovens uma Moção, ao fazerem isso essa Moção vai ter que ser assinada pelo Partido, logo vão partidizar e não vamos politizar e a intenção é politizar os jovens, eles têm que ser chamados para a política, acha que é errado nas escolas estarem a politizar os jovens. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que na Conferência de Líderes onde o documento foi apresentado e discutido, houve uma coisa que ficou bem clara por quem o apresentou, e propôs o conceito, a Mesa da Assembleia, e que está escrito na segunda página do documento onde diz, desenvolver nos jovens competências de cidadania activa e responsável, a Mesa da Assembleia teve o cuidado de elucidar que quando reuniu com os Órgãos de Gestão das Escolas reiterou o facto de não haver algum objectivo de politização do evento, sendo um evento de ordem unicamente cívica que serve para a formação dos jovens. -----

Portanto, enviar documentos dos Partidos para apreciação por crianças de 14 anos, talvez seja uma responsabilidade exacerbada. -----  
Quanto a que a Câmara disponibilize meios logísticos já foi aqui esclarecido. Quanto ao envio das Moções vai contra o espírito como já foi dito. -----  
O Senhor **Deputado António Fernando Monteiro**, disse que na reunião da Conferência de Líderes Municipais não houve propostas, houve uma unanimidade em termos de concordância, mas ele referiu no início da intervenção que os documentos foram entregues numa terça-feira e eles discutiram o assunto na quinta-feira seguinte, os documentos entregues não foram com tempo suficiente na análise. -----  
Dizer que os jovens nem sequer sabem como é que se elegem os órgãos autárquicos, isso colocar os jovens do concelho num plano de pouca inteligência. -----  
Estão a falar de jovens não só de 14 anos mas também mais velhos, não vê qual é o problema de pôr os jovens de uma escola a falar sobre um documento que foi discutido na Assembleia Municipal. -----  
Em relação à Moção diz por último, sugerimos que findo o debate realizado na Assembleia Municipal de Jovens sugerimos que possa cada uma das bancadas dirigir uma recomendação ou apresentar uma Moção relativa a um tema concretamente ligado à área da juventude. Não tendo a ver com partidarismo. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e anexa à presente acta como Doc.8, sendo reprovada por maioria com dezasseis votos contra sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto da Presidente da Assembleia e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, quinze abstenções sendo catorze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Deputado José Deolindo Caetano e um voto a favor do BE. -----  
Colocou de seguida à votação o ponto 4 – Assembleia Municipal de Jovens – Discussão e Aprovação, sendo aprovado por unanimidade. -----  
De seguida colocou à discussão o ponto 5 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Valongo – Apresentação de Relatório dos Representantes da Assembleia Municipal. -----  
A Senhora **Dra. Maria d’Assunção Souteiro**, fez a apresentação do Relatório que faz parte da presente acta. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à discussão o ponto 6 – Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários – Apresentação do relatório das visitas aos empreendimentos sociais de Alfena. -----  
De seguida procedeu à apresentação do Relatório que faz parte da presente acta, como Membro da Comissão. -----  
O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, perguntou se a Comissão de Avaliação teve custos para o erário da Câmara, ou da Assembleia Municipal, e se os teve qual o seu montante. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, informou que quando a Comissão reúne os Senhores Deputados têm direito a senhas de presença, a deslocação aos empreendimentos tem sido à custa deles não têm pedido qualquer viatura à Câmara Municipal Valongo. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.9. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que há questões que são postas e às vezes têm que pensar o porquê delas. -----

Se algumas perguntas fossem feitas por ele, se calhar, havia desculpa porque é a primeira vez que faz parte de uma Assembleia Municipal, agora sendo feitas por Deputados da Assembleia Municipal da qual fazem parte há vários anos, perguntar se uma Comissão da Assembleia Municipal tem direito a senha de presença a intenção não é ser esclarecido mas sim outra, e algum público que esta a ouvir pensa que nos estão a enriquecer. -----

Toda a gente sabe que as comissões têm senha de presença, está no Regimento que votaram por unanimidade. -----

Relativamente ao relatório, havia uma grande dúvida se a Comissão iria ou não tirar efeitos políticos, com a apresentação dos relatórios ninguém pode apontar, a não ser um caso pontual que não tem nada a ver com o relatório, ninguém pode acusar a Comissão de alguma vez ter pisado o risco tentando tirar proveitos políticos da Comissão. -----

Devem sim averiguar é qual é a produtividade e o rendimento que a Comissão dá em favor do Município, é esse factor económico que deve ser realçado e deve ser medido, qual é o factor económico em benefício dos munícipes que esta comissão tem ou não. -----

Ao ler o relatório do Vallis Habita vê-se que algumas recomendações já estão a ser concretizadas e aí é que está o valor económico daquilo que vale a comissão. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que por decisão da Mesa da Assembleia todas as Comissões deviam fazer relatórios periódicos com uma perspectiva de que a Assembleia Municipal tenha visibilidade sobre o trabalho das Comissões, com o que concorda. -----

Foi colocada a questão de se acelerar um conjunto de medidas, ao que até é solidário, mas pode haver uma interpretação sectária de começarem desde já a estabelecer prioridades, aliás tiveram a oportunidade de ouvir o Presidente da Junta de Freguesia de Campo dizer que há uma infra-estrutura, que será visitada numa ordem estabelecida pela Comissão, que terá um nível de exigência em termos de intervenção rápida. -----

Portanto, acha que é importante chegar rapidamente ao relatório final, e aí apontar prioridades para não correrem o risco de ser sectários com um critério que é alfabético. -----

Foi dito que não há aproveitamento político, tiveram a oportunidade de ouvir dois relatórios, o relatório da Comissão e o relatório do Bloco de Esquerda, enquanto o relatório da Comissão está assinado por toda a gente este não

está, acha que não haver politiquice não é para ele tão claro como para o Senhor. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que ficou chocado a insinuação do Senhor Deputado Albino Poças. Esta não tem razão na insinuação que fez. Quando foi eleito para a Comissão decidida pela Câmara nem sequer tinha conhecimento que esta Comissão tinha direito a senhas de presença. A Comissão não está a ficar rica e a senha não paga o trabalho que esta vem desenvolvendo. A insinuação do Senhor Deputado Albino Poças é para tentar dizer ao público que os Deputados da Comissão estão a gastar muito dinheiro à Autarquia. Estava indignado. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que nunca lhe passou pela cabeça que pelo simples facto de pretender ser esclarecido criasse tanta moossa a alguns Senhores Deputados. Nunca se importou que fosse divulgado qual é a senha de presença que recebe por estar no Órgão, ronda os quinze contos. -----

Parece-lhe que quem faz parte da Comissão se sente amachucado por se saber quanto é que custa, cada visita a cada um dos bairros que constou de uma senha de presença, a visita aos três bairros custou à Câmara mais de trezentos contos, e ninguém o pode acusar de ter pertencido ao longo de trinta anos de autarca de fazer parte de uma Comissão, que fosse paga, e nunca andou atrás das Comissões nem das senhas. -----

Os trezentos contos, provavelmente, nalgum dos bairros dava para corrigir algumas das lacunas que foram encontradas, e para isso encarregava-se a Vallis Habita, instituição encarregada de zelar pelos bairros. -----

O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, disse que se estivessem a trazer alguma novidade que fosse segredo da Câmara, que não se pudesse saber e que o público tivesse que ignorar, aí sim teria havido alguma perigosidade por parte da bancada do PSD. -----

Os dados para o Senhor Deputado não são novos, mas há gente que não sabia, e não se deve manter em segredo. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse ter ficado melindrado porque foi contra a criação da Comissão, votou contra e na altura disse porque votava contra, achava que não era necessária. -----

Há problemas nos empreendimentos de habitação social como há nas suas casas e como haverá em todo o lado, a comissão não está a descobrir nada, está a catalogar e a trazer à Câmara aquilo fazem no dia a dia nas suas habitações. -----

A Assembleia decidiu que a Comissão deveria existir, foi-lhe proposto fazer parte da Comissão e aceitou porque tinha sido contra da existência da comissão, a existir a comissão pensa que poderia dar o seu contributo. -----

A Comissão tem funcionado muito bem e tem havido por parte de todos os elementos ponderação, aliás têm por parceiro de trabalho uma pessoa com muita experiência e lhes vai dizendo calma as coisas não são assim, nem tudo o que parece é, que é o Eng.<sup>o</sup> Diomar. -----

Não está na Comissão pelo dinheiro, nem está numa Junta de Freguesia por dinheiro, trabalha todos os dias para sustentar a família, e depois dá o resto do seu tempo à Junta de Freguesia, aquilo que foi dito não foi esclarecer foi insinuar, foi dizer que se estava a gastar dinheiro ao Município, só o soube mais tarde, não soube quando recebeu o cheque, já o sabia, o regimento já existia, estão a insinuar um conjunto de coisas que deveriam ter sido discutidas na altura da feitura da Comissão. Democráticamente ela passou e não concorda que isso esteja a ser posto dessa forma, e neste momento para não gastar mais dinheiro ao Município, não pactua com isso iria pedir a sua demissão da Comissão. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse que as coisas começaram bem, fez-se o ponto da situação ficaram esclarecidos o que é que a Comissão tem andado a fazer, mas descambou para um caminho que não dignifica ninguém, está-se a trazer o assunto monetário para a discussão que não tem cabimento nenhum. -----

Há uma preocupação de esclarecer a população de quanto é que se gasta na Comissão e não há a preocupação de esclarecer a Comissão de quanto se gasta com a Assembleia Municipal, que é muito mais, e quanto é que se gasta na Câmara. -----

Saíram muito mal desta discussão e faz votos que se enverede por outro caminho, felicita a Comissão pelo trabalho que tem feito, por esclarecer situações que ele desconhecia, e com certeza muitos outros Deputados não sabiam que existiam, e isso é muito bom porque não é só o dinheiro que conta mas também aquilo que a Comissão pretende fazer denunciar as situações de forma a que sejam reparadas. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que se não é a Comissão que vai pagar as obras propostas, então dêem condições para que o executivo as possa executar, forneçam-lhes os meios económicos para tal, como por exemplo não inviabilizar taxas e outras formas que o Governo tem vindo a estabelecer para que as Autarquias se auto financiem e possam exercer a sua actividade. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que teve algumas dúvidas quando a Comissão foi criada, que trabalho ia ser feito, mas com o decorrer das visitas verificou-se o trabalho importantíssimo que estão a fazer. -----

Não concorda com o que disse o Senhor Deputado que deveriam esperar pelo relatório final para dar cumprimento a algumas das situações, porque há algumas situações que foram verificadas e que não podem continuar, como o esgoto a céu aberto num dos bairros. -----

Na reunião anterior fez um elogio pelo rácio de cobrança, hoje tem que fazer uma crítica, leu na actividade municipal, o que vem lá não é verdade. Diz que relativamente à relva foi cortada, sim de facto, relativamente aos parques infantis está tudo na mesma, e se lerem diz que houve intervenção nos parques infantis, não é verdade. -----

Os bairros foram construídos na periferia urbana das habitações, alguns deles em rampas com acesso muito difícil, os idosos não saem de casa, percebe que não é de um momento que a Câmara vai criar um sistema de transportes, agora têm que fazer alguma coisa por aquelas pessoas relativamente ao transporte. Agora, fazer uma rampa pode-se fazer, ver um esgoto pode-se ver, dar um jeito nos parques infantis completamente degradados, pode-se fazer, recuperar as casas é difícil de fazer mas há programas que permitem recuperar habitação com bonificações muito fortes, há possibilidades de financiamentos através do Estado com bonificações muito elevadas para a recuperação. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que esteve com o INH a falar sobre problemas de financiamento para manutenção dos bairros. -----

Quanto à questão dos parques infantis teve pedidos para acabar com os parques infantis e substituir por estacionamento. -----

Quanto à questão do esgoto a céu aberto desconhecia vai saber o que se passa e avisar as Águas de Valongo que têm que corrigir rapidamente. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à discussão o ponto 7.1 – Conselho Municipal de Educação – proposta de nomeação, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 7.2 – 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do plano de 2006, da Câmara. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura de uma Declaração de Voto anexa à presente acta como Doc.10. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 7.2 – 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do plano de 2006, da Câmara, sendo aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos do Grupo Municipal da CDU e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares e treze abstenções sendo doze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 7.3 – 1ª revisão ao Orçamento de 2006. dos SMAES, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezoito votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos do Grupo Municipal da CDU, um voto do Grupo Municipal do BE e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares e catorze abstenções do Grupo Municipal do PS. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 7.4 – Lançamento da derrama sobre a colecta do IRC a cobrar no ano 2007. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.11. -----

O Senhor **Deputado Alfredo da Costa Sousa**, fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.12. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.13. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que há impostos pagos pelos trabalhadores e há impostos pagos pelas empresas, pelos lucros das empresas. -----

Estão a falar do IRC que é um lucro das empresas tirando os vencimentos dos trabalhadores. -----

Uma derrama tem que ter fins objectivos, os fins objectivos que essa derrama representa são para fazer o reequilíbrio financeiro da Câmara, uma das matérias que levou o Partido Socialista a alterar a sua posição de voto no Orçamento, escrito no preâmbulo desse Orçamento, em que a Câmara se comprometia a fazer o reequilíbrio financeiro. -----

Está preocupado com os impostos que os trabalhadores continuam a pagar, mas aqueles que trabalham não têm a mínima hipótese de fugir, o IVA aumentou, os transportes vão aumentar a partir de dia um, quem ganha muito se contribuir um bocadinho para a sociedade não fica mal. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha**, perguntou qual o valor da derrama cobrada no concelho. Pois se calhar estão a discutir valores irrisórios, não sabe se o valor da derrama que estão a discutir com a penalização que o Partido Socialista quer fazer, dos 2%, se esses 2% será uma diferença enorme. -----

Tem uma empresa familiar, não opera no concelho, mas tem a sede no concelho, mas não tem a certeza se há empresas grandes no Concelho, com alguma dimensão, mas que têm sede em Lisboa, se a derrama dessas empresas são pagas no concelho de Valongo ou são pagas na sede do concelho. -----

O Senhor Vice-**Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que no que toca à fixação da derrama nos diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto, é preciso referir que os dezoito municípios que constituem o Distrito do Porto 2/3 partes votam a derrama máxima, inclusivamente os Municípios Socialistas. -----

A derrama cobrada em 2005 relativamente ao ano 2004 cifrou-se em 1.108.819, 60 euros, derrama essa que em 2004, cobrada em 2005, sentiu um retrocesso, uma vês que em 2004 relativamente a 2003 foi cobrado 1.408.292,12 euros. -----

O decreto-lei 42/98, de 6/8, que estabelece a lei da finanças locais, no seu art.º 18 n.º 1, foi alterado depois com a redacção do decreto-lei 94/2001, de 20/8, estabeleceu a derrama máxima permitida de 10%, Amarante, Baião e Lousada, não têm derrama lançada ou aprovada, e de certa maneira compreende-se porque são Municípios do interior e querem canalizar para lá empresas e tentam apresentar uma taxa mais competitiva do IRC. -----

A Póvoa do Varzim não lança derrama desde sempre e basta pensar nas receitas do jogo que a Póvoa debita. -----

Felgueiras muito embora seja do interior não abdica tem fixado ultimamente 9%. -----

No caso da Trofa fixa 8% para se destringar de Santo Tiros que fixa 10%. -----  
O valor da derrama que representa o valor de 8%, que foi a proposta do Partido Socialista na Câmara Municipal, e os 10% que o Executivo propõe, a diferença deve andar à volta dos 120.000 euros, se dividirem os 120.000 euros pelo número de sujeitos passivos, pessoas tributadas em IRC no concelho de Valongo, estão a falar no primeiro Serviço de Finanças de Valongo tem 899 empresas colectadas, o Serviço de Finanças de Ermesinde tem 1408, o total são 2307 empresas, se dividirem os 120.000 euros pelos 2307 sujeitos passivos representa um encargo adicional num ano de 52,02 euros, se dividirem por 12 meses chegam a uma conclusão de 4,33 euros por mês, 4,33 euros por mês para uma empresa, que tem uma estrutura administrativa montada, produtiva, comercial ou prestação de serviços, e que necessariamente dá lucro poderá ter dificuldades em suportar esta importância? -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que depois de tudo o que foi dito quase que não valeria a pena a sua intervenção. Quem é que gosta de pagar impostos, quem é que tem prazer em colocar impostos altos, mas estão a fazer uma confusão muito grande, estão a dizer que a competitividade das empresas está no facto do IRC ser muito alto, está no facto do IVA ser a vinte e um e em Espanha de dezasseis, no facto dos combustíveis estarem a um preço incomportável, no facto de as acessibilidades não serem em condições, não haver formação adequada de recursos humanos, e descobre-se que é numa simples derrama de 10%, que não é de privados mas é de colectivos, que está o mal, por isso se fosse o PS que estivesse nos destinos da Câmara estaria de certeza a propor uma derrama de 10%. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, disse que o essencial do problema da proposta do PS na Câmara não foi discutido, foi só aflorado ligeiramente. -----

Toda a gente se devia lembrar que criação de emprego, criação de riqueza, criação de postos de trabalho, como os municípios do interior fazem também eles o deviam fazer no concelho de Valongo. Todos sabem as dificuldades que têm em pôr em pé a Zona Industrial de Campo, há anos não conseguem pôr em pé a Zona Industrial, os postos de trabalho e as empresas são poucas a virem, não se sentem atraídas apesar das excelentes acessibilidades. -----

O problema essencial são os pequenos impulsos, os pequenos sinais que podem dar aos actuais para se manterem, para não irem embora, os bancos não vão embora mas também não pagam a derrama nem os impostos no Concelho, as grandes empresas não pagam aqui os impostos, aqui pagam os pequenos empresários, os pequenos e médios empresários, muito pequenos e médios empresários, e aqueles que têm lucros. -----

Devem dar pequenos sinais para o interior do concelho e para fora do concelho, o concelho de Valongo está aberto a incentivar quem quiser criar riqueza, criar postos de trabalho, para haver trabalhadores há que haver



empresas e se derem condições e se o Município não criar condições para criar empresas não há trabalhadores. -----

A intenção que estava subjacente na proposta é dar sinais para o interior e para o exterior de que as empresas que estão cá continuam, que invistam e criem postos de trabalho, e os que não estão no interior do Concelho que ainda não criaram empresa mas que têm intenção de criar que há em Valongo o sentimento o espírito de que as empresas precisam e vão ter o apoio da Câmara de Valongo, do Município de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 7.4 – Lançamento da derrama sobre a colecta do IRC a cobrar no ano 2007, sendo aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e quinze votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PS e um voto contra do Grupo Municipal do BE, foi apresentada uma Declaração de Voto pelo Grupo Municipal da PS. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 7.5 – Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referente ao ano de 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que cabe à Assembleia fixar as taxas a cobrar relativamente ao IMI e ao CIMI, neste momento há dois valores tributáveis para os prédios urbanos. -----

O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de 2003, criou de uma nova avaliação dos prédios urbanos, a tentativa era haver um equilíbrio entre aquilo que os prédios antigos pagavam de contribuição autárquica, valores mais ou menos reduzidos, comparativamente com a realidade do país, e com os valores das novas avaliações tributárias. -----

Só poderá estar de acordo que para os prédios antigos se deva manter a taxa de 0,8%, não está de acordo que se fixe a taxa de 0,5% para os prédios avaliados por força do novo código, porque os valores da taxa seriam altíssimos a lei faculta ao próprio Município e à Assembleia Municipal definir alguma regras em locais do Concelho, regras onde o imposto possa ser aplicado de forma diferenciada. -----

Não vê nenhum estudo, vê a aplicação da taxa máxima o que virá a dar valores exorbitantes, especialmente para prédios novos. -----

Tem que haver um acordo, porque a Câmara não pode ficar sem o dinheiro das taxas. O Grupo Municipal do Partido Socialista sugere que a Câmara faça um estudo, especialmente para os prédios avaliados pelo CIMI, e que apresente esse estudo. -----

A lei no art.º 112º prevê que os Municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal possam definir áreas territoriais correspondentes a freguesias, ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objecto de operações de reabilitação urbana e majorar ou minorar em 30% a taxa em vigor. -----

O concelho de Valongo tem uma quantidade imensa de prédios devolutos; há construções excessivas: Hoje os prazos de isenção de pagamento de IMI estão muito reduzidos. Um prédio que custe mais de 30.000 contos só tem 3 anos de isenção. -----

Relativamente ao número de prédios vagos, que são imensos, existe um prejuízo tremendo, reflectindo-se na economia do país. Seria necessário dar um sinal às pessoas que têm avaliações altíssimas. Os prédios avaliados pelo anterior código com uma taxa de 0,8% pagam muito menos que os avaliados pelo novo código com a taxa máxima de 0,5%, mesmo considerando os factores legais de salvaguarda. Seria um sinal positivo para os moradores do Concelho se houvesse a possibilidade de estudar a redução da taxa pelo menos para os prédios avaliados pelo CIMI em 20%, como a lei permite. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira**, fez a leitura de um documento anexo à presente acta como Doc.14. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que enquanto a derrama não é obrigatória, os Executivos Camarários não são obrigados a apresentar a derrama, este imposto é obrigatório e tanto paga um jovem casal, um trabalhador com dificuldades, como aquelas pessoas que tem uma bela casa, não estão a falar do mesmo imposto. -----

Há uma questão que a Câmara devia ter ponderado, com a alteração do imposto, o fim da sisa e a alteração do IMI, todos os prédios foram reavaliados, e com isto o Orçamento das Câmaras encheu bastante, houve um esforço da parte dos proprietários com esta alteração e com a nova avaliação das casa. Por isso devia de haver alguma ponderação no lançamento da taxa máxima, e faltou ao Executivo da Câmara essa ponderação, porque ao pagamento desta taxa ninguém pode fugir. -----

Respeitando o estatuto de oposição seria de bom senso que sobre estas propostas fossem chamados a pronunciar-se dos factos antes de consumados. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que é com as verbas do IMI que vão elaborar o plano de desenvolvimento social. -----

Se não lhes deram meios não podem fazer o plano de desenvolvimento social que vem colmatar o diagnóstico social que foi feito e que aponta as necessidades do concelho. -----

O Senhor **Vereador João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que o valor orçamentado para efeitos de IMI rondou os 7,1 milhões de euros, a cláusula de salvaguarda que já foi aqui referida parece ter um efeito contrário, porque se não fosse a cláusula de salvaguarda os prédios urbanos inscritos na matriz que não sofreram alterações até 11 de Novembro de 2003, não podem sofrer alterações para efeitos de pagamento do IMI. -----

A projecção que tem para o ano de 2005, cobrança em 2006, é uma cobrança quase igual à de 2005, cobraram-se ilíquidos a importância, tem de se abater 2,5% que a Administração Fiscal cobra pela liquidação e cobrança

deste imposto, 6.150.000 euros, o valor previsto 6.250.000 euros ilíquidos, contempla isto primeira, segunda prestação e anos anteriores. -----

As verbas que este ano vão receber serão sensivelmente idênticas às do ano passado. -----

Os prédios devolutos é preciso ver se eles produzem ou não contribuição, se eles estiverem concluídos e matriciados poderão produzir contribuição, mas só se o proprietário não for uma firma devidamente colectada numa actividade comercial/industrial de construção de prédios para revenda ou para venda, há uma isenção técnica, uma não sujeição, de 3 anos. Portanto, esses prédios parecem não quantificar muito para efeitos de arrecadação de receitas. -----

Os prédios concluídos e matriciados destinados à habitação beneficiam de uma isenção até aos 150.000 euros, relativamente a 6 anos, até aos 225.000 euros de 3 anos, e há isenções que começaram já no domínio do IMI e que estão em vigor. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.15. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que enquanto vereador nunca votou favoravelmente estas taxas, enquanto se chamava contribuição autárquica que agora quando passou a chamar-se IMI, votou muitas vezes abstenção, mas sempre disse que é uma questão de enorme importância, nunca foi devidamente tratada, e aliás estão em cima da mesa propostas para alteração da lei das finanças locais, e têm que ter alguma prudência na análise da questão. -----

Há uma cláusula de salvaguarda que se aplica até 2008, com acréscimos anuais de 15 euros, mas não deixa de ser uma situação em que o verdadeiro impacto vai ser ao retardador. Há casos em que a forma de avaliação é dura e isso entra nos bolsos dos contribuintes. Todo o processo de avaliação dos imóveis obedece a um critério, que envolve coeficientes de zonamento que são indicados aos Serviços Fiscais pelos técnicos das Câmaras, o controlo do processo é das Câmaras, os erros que existem que depois afectam todo o processo de avaliação do imóvel começa na Câmara, a política de urbanismo reflecte-se depois em todo o processo. -----

Os objectivos fundamentais das alterações propostas são o de criar um novo sistema da criação dos valor, actualizar os valores, repartir de forma mais justa a tributação da propriedade imobiliária, e cria um prazo de 10 anos, que já se assumiu que não chega, para avaliar todos os imóveis, quando isso terminar só haverá uma banda não haverá duas bandas, enquanto existirem as duas bandas há iniquidade.

Para além do reforço dos poderes tributários dos Municípios através do alargamento da fixação das taxas, e de determinar alguns benefícios fiscais no âmbito das políticas urbanística, cultural, desenvolvimento e no combate à desertificação, também daí advirá uma maior responsabilização das autarquias perante as populações, e uma maior exigência das munícipes com os seus autarcas. -----

Na sua opinião as Câmara ao não reduzirem a taxa máxima dos imóveis que já estão avaliados, estão a contribuir para uma situação de iniquidade e os cidadãos não podem ser penalizados, porque se as Câmara têm necessidade de receita não vão ser os cidadãos os responsáveis, se houve erros não é culpa do cidadão. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que uma das coisas que não graça no Grupo Municipal do PS, uma característica que eu acho que é importante em política, que é a coerência. -----

Primeiro temos a independência das estruturas dentro dos Partidos mas têm três PS com posições absolutamente diferentes: um PS no Governo que é a favor de utilizar todos os meios de financiamento que tem à disposição, mesmo contra o que previamente prometeu mediante um orçamento que achou que não era a seu gosto, aumentou os impostos; depois o PS no Executivo da Câmara que relativamente a uma questão deste género e abstém; e na Assembleia Municipal que é uma outra versão que apesar de ter respostas continuam a dizer que vota contra. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que um prédio urbano que tenha o valor patrimonial tributário de 15.000 contos, tributado a uma taxa de 0,8%, produzira 120 contos de imposto municipal sobre imóveis, para produzir esta colecta é preciso que uma avaliação atinja 25.000 contos, há decalage de 10.000 contos. -----

As avaliações provenientes da aplicação da reforma prevista no IMI aproximam o valor patrimonial do valor do mercado, infelizmente às vezes até ultrapassa em situações muito específicas. A fixação dos factores índices reflecte a nível nacional uma canalização destes elementos para comissão nacional da avaliação dos prédios urbanos, que tem a possibilidade de decorridos 3 anos sobre a aplicação da reforma alterar mediante dicas dos Municípios. -----

O que se pretende é efectivamente aproximar os valores de mercado dos valores patrimoniais, é que isto não tem reflexos não só no IMI, tem reflexos no imposto municipal sobre a transmissão dos imóveis, tem reflexos nas empresas tributadas em sede de IRC que tem que levar à contabilidade o valor decorrente da avaliação ou valor que escrituram, e com diversíssimas penalidades. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.16. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 7.5 – Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referente ao ano de 2007 a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos sendo reprovada por maioria com dezassete votos contra, sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, dois votos contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, quinze votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto

Soares, relativamente a este assunto foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto: -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“Está aqui dado aqui um importantíssimo sinal com esta corajosa e assumida rejeição da taxa do imposto municipal sobre imóveis, IMI, proposta pela maioria de direita a quem cabe, de forma única, todo o ónus das opções do governo local nos últimos três mandatos. Nasce hoje aqui uma convergência responsável dos Partidos de Esquerda, neste espaço, no concelho de Valongo.” -----

O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira** fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.17. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“A nossa posição de voto não foi condicionada por ser ou não uma convergência de esquerda mas sim por acharmos que a nossa matriz levava-nos para isso. -----

Se as propostas forem boas ou más, mesmo apresentadas pelo executivo, nós também as votamos favoravelmente.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à apreciação do ponto 8 – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.18. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que o documento se trata de uma apreciação subjectiva, anteriormente foi solicitado que o documento fosse mais conciso. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou, novamente, à discussão o ponto 2 – Período antes da ordem do dia. De seguida fez a leitura de dois documentos que se anexam à presente acta como Doc.19 e Doc.20. -----

O Senhor **Deputado Alfredo da Costa Sousa**, disse que com a nova legislação sobre o transporte de crianças gostaria de saber como a Câmara vai resolver situação visto que os autocarros da Câmara na maior parte dos casos não têm os requisitos da lei. -----

Que na rua dos Urreiros em Campo uma criança há dias partiu um braço devido ao mau estado da rua. -----

Relativamente aos passeios que não existem na nacional quinze teve a informação que a Câmara faz passeios em terrenos particulares na rua Manuel de Arriaga. -----

Relativamente à Política Desportiva no Concelho esta não existe, o Santa Joana foi para um concelho vizinho, o Sport Clube de Campo acabou, o Balselhense acabou, o Valonguense parece que está prestes a acabar, o Ermesinde depois de ser tratado a pontapé, dizem os jornais, deve estar mal

tratado, gostava que lhe dissessem onde estão as estruturas no Concelho em termos desportivos. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, fez a leitura de três requerimentos que se anexam à presente acta como Doc.21, Doc.22 e Doc.23. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**, disse que relativamente à rotunda do Plus entende que haveria uma solução mais estética e mais funcional. Aquilo que ele disse não foi que é contra as rotundas, mas sim contra aquela rotunda, venham mais rotundas. -----

Quanto às ruas que referiu da pavimentação, referiu cinco ruas e o Senhor Vereador só referiu uma, e ele falou na rua do Padrão, rua Alves Saldanha, rua Fonseca Dias, Rua do Conde Ferreira e a rua da Passagem, quanto À Estrada Nacional 15, percebeu que tem que haver autorização do Instituto de Estradas de Portugal para pavimentação das ruas, e que é preciso um período de compactação mas já lá vão três anos que foi colocada a conduta.

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que relativamente à intervenção dos representantes do comércio e dos feirantes acha que não pode ficar assim, as pessoas não podem ficar sem uma resposta concreta. -----

Na sua opinião o único sítio decente para ter a feira era no local onde ela existia, é obvio que é a Assembleia Municipal não tem nenhuma competência sobre o assunto, mas tem que ser arranjada uma solução. -----

Em todo o mundo é nos locais centrais das cidades que se realizam feiras e mercados, e mais muitas vezes mercados de flores que sujam muito mais, a Câmara ou a Junta de Freguesia têm que arranjar uma solução para a situação. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha**, disse que quando falou no terreno da Via Distribuidora foi para que a Vereação o levasse a si, porque lhe apareceu um edital onde dizia que a parcela 152 ia ser expropriada contra desconhecidos, acha que o processo está mal conduzido. -----

Em tempo devido apresentaram a escritura do terreno, foi à Assembleia de Freguesia, foram os valores estipulados, existe um terreno não é deles, nem está na área deles, há um estudo feito pela Junta de Freguesia, um levantamento exaustivo, com confrontantes, que podem entregar na Câmara para ajudar, pois é um assunto que requer algum cuidado pela parte da Câmara. -----

Relativamente às rotundas é a favor de algumas, com a do Plus também não concorda, na rua das Povoas com a rua da Mina há um sítio que está devoluto, é uma recta com 500 metros onde se atingem velocidades na ordem dos 100 Km, é uma zona extremamente rápida e com uma rotunda a meio cortava a velocidade. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que quando o Senhor Deputado diz que a feira de Valongo no local onde está não funciona, quantas vezes é que foi à feira de Valongo desde que ela funciona ali, é que

ele vai lá todos os sábados, salvo raríssimas excepções, e nunca se cruzou com ele. -----

Relativamente às taxas é da responsabilidade da Junta como foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

**A Senhora Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas,** colocou à votação a admissão das propostas anexas à presente acta como Doc.1, Doc.6 e Doc.7, tendo sido admitidas por unanimidade, colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade. -----

De seguida colocou à apreciação do ponto 8 – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. Colocou de seguida à votação a aprovação em minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 da ordem de trabalhos sendo aprovada por unanimidade, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_